

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no site <http://www.fca.unicamp.br/portal/pt-br/fca-pessoas/institucional-concursos>, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 2 ano(s), a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-30/13, e Deliberação Congregação-FCA-289/2022, que estabelece os requisitos e procedimentos internos da Faculdade de Ciências Aplicadas para a realização dos concursos.

9.7.1. Cópia da Deliberação CONSU-A-30/13 poderá ser obtida no site www.sg.unicamp.br ou junto à Seção de Gestão de Pessoas da Faculdade de Ciências Aplicadas que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.8. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

9.9. Qualquer alteração nas regras de execução do concurso deverá ser objeto de novo Edital.

Anexo I – Programas das Disciplinas

GL608 – Administração de Sistemas de Informação

Ementa
Tecnologia da Informação: conceitos fundamentais. Sistemas de informação. Gestão do conhecimento. Tecnologia da informação e desempenho empresarial. Negócios na era digital. Segurança da informação. Tecnologias e ferramentas emergentes.

Objetivos

- Construir coletivamente conceitos fundamentais sobre sistemas de informação (SI) e gestão do conhecimento (GC);
- Capacitar o aluno a ter uma visão abrangente sobre a área de SI, suas conexões e contribuições na prática de gestão organizacional;
- Desenvolver senso crítico e capacidade para contextualização, identificação e solução de problemas organizacionais tendo como suporte os sistemas de informação;
- Familiarizar o estudante aos desafios e oportunidades nas áreas.

Programa

- Fundamentos teóricos de tecnologia da informação e sistemas de informação;
- Gestão do conhecimento.
- Tecnologia da informação e desempenho organizacional.
- Negócios na era digital.
- Segurança da informação.
- Tecnologias e ferramentas emergentes.

MG405 – Jogos Empresariais e Inteligência de Negócios
Ementa
Visão sistêmica da administração de empresas e das competências gerenciais. Conceitos e histórico dos jogos empresariais. Inteligência de negócios: evoluções e tendências. Processos e ferramentas da utilização da tecnologia da informação nas empresas. Big data e inteligência analítica nos negócios. Simulação de ambientes competitivos por meio de jogos empresariais, com foco na tomada de decisões que envolvem tecnologia e sistemas de informação.

Objetivos
Integrar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso em simulações de situações empresariais que envolvem a tecnologia da informação. Exercitar o processo de tomada de decisões gerenciais e equacionar soluções aos problemas apresentados. Compreender as oportunidades e desafios dos sistemas de informação e recursos tecnológicos disponíveis.

Programa

- Jogos empresariais: conceitos e histórico.
- Evoluções e tendências da inteligência de negócios.
- Tecnologia da informação e os sistemas integrados e de apoio à decisão.
- Simulação de ambientes empresariais competitivos com situações que envolvem tecnologia da informação.

PG003 – Tópicos Especiais em Políticas Públicas III: Políticas Públicas Baseadas em Evidência

Ementa
Políticas públicas baseadas em evidência (PPBES) e seus métodos. O processo data – driven na gestão de políticas públicas. Uso de Big Data e IA no setor público. Dados Observacionais. Busca de evidências. Fontes de evidências. Extração de dados. Uso de RCT's e os dilemas de experimentação. Análise custo-benefício e custo-efetividade. Implementação de ambientes que permitem o uso intensivo de dados. Gamificação e o governo aberto. Métricas para gamificação. Aplicações em políticas públicas setoriais nacionais e internacionais.

Objetivos
Desenvolver nos estudantes competências em coleta, tratamento e utilização de evidências quantitativas para monitoramento, avaliação e gestão de políticas públicas. Oferecer aos estudantes ferramentas e métodos de gestão de dados aplicados à políticas públicas.

Programa

- Relevância de usar evidências para formulação e análise de políticas públicas;
- O processo data – driven na gestão de políticas públicas. Uso de Big Data e IA no setor público. Implementação de ambientes que permitem o uso intensivo de dados;
- A transformação de dados e informações em evidências: dados observacionais, fontes de evidências, extração de dados;
- Métodos analíticos da abordagem Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBES)
- Referências e modelos metodológicos da gestão de dados em monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- RCT's e os dilemas de experimentação no campo das políticas públicas. Análise custo-benefício e custo-efetividade.
- Gamificação e o governo aberto. Métricas para gamificação.

• Aplicações em políticas públicas setoriais nacionais e internacionais.

NC019 – Sociedade da Informação

Ementa
Sociedade da informação e economia do conhecimento. Ciberultura. Fluxos de informação. Convergência digital. Internet e movimentos sociais. Inclusão/exclusão digital. Governo eletrônico e governança eletrônica. Organizações em rede. Redes sociais.

Objetivos

A partir de uma perspectiva interdisciplinar, o curso preten- de discutir as dinâmicas recentes no âmbito do que se conven- cionou chamar Sociedade da Informação. Espera-se que o curso ofereça elementos que permitam que os alunos possam avaliar criticamente o significado dessas dinâmicas e seus efeitos sobre a economia, a política e a cultura.

Programa
Bloco 1 A emergência da Sociedade da Informação
- Sociedade da Informação, sociedade em rede e economia do conhecimento;
- O papel das tecnologias da informação e da comuni- cação;
- Globalização e tecnologia.

Bloco 2 Novas tecnologias e cultura
- A co-construção das TIC e da cultura contemporânea;
- TIC e mídia;
- Jogos eletrônicos.

Bloco 3 - Tecnologias da informação e da comunicação: novas possibilidades de organização social?
- Experiências de governo eletrônico;
- Redes sociais;
- As tecnologias da informação e da comunicação e o futuro da democracia.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS
EDITAL 15/2022

O Diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universi- dade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de Núcleo Básico de Saúde, nas disci- plinas SL104 - Saúde e Sociedade, SL110 - Saúde e Sociedade, SL205 - Saúde Coletiva, SL403 - Saúde Coletiva e Epidemiologia, NT306 - Metodologia de Pesquisa Aplicada à Nutrição e NC504 - Debates Interdisciplinares em metabolismo, movimento e ali- mentação, da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas.

1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.
1.2. É desejável que o candidato tenha o seguinte perfil:
1.2.1. Formação: Graduação em Saúde Pública, Medicina, Enfermagem, Nutrição, Ciências do Esporte, Educação Física, Terapia Ocupacional, Ciências Biomédicas, Farmácia, Fisioterapia, Odontologia, Fonoaudiologia, Psicologia, com Doutorado em Saúde Coletiva ou áreas afins e atividades de pesquisa na área de Saúde Coletiva aplicada a Nutrição e/ou Esporte; Demonstrar experiência/potencial que o habilite a assumir disciplinas e a orientar pesquisas em nível de graduação e de pós-graduação; Possuir experiência em ensino de graduação; Apresentar formação e/ou atuação interdisciplinar aderente à área do concurso; Apresentar produção científica regular qualifi- cada na área do concurso; Apresentar experiência/potencial em atividades de extensão.

1.2.2. A inscrição do candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candida- to fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresenta- ção de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Per- manente de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (CPDI), para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP).

2.3. O Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU- -A-02/2001, cujo texto integral está disponível no site: http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=5&id_norma=2684.

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no con- curso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor, MS-3.1, da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:
a) RTP – R\$ 2.315,38
b) RTC – R\$ 5.877,38
c) RDIDP – R\$ 13.375,49

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio do link <https://solicitada.dados.unicamp.br/concurso/> no perí- odo de 40 (quarenta) dias úteis, a contar de 9 horas do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado (DOE), até 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo de inscrição.

3.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado, por meio do sistema de inscrição, requerimento dirigido ao(a) Diretor(a) do(a) Faculdade/Instituto, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) prova de que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a Ata da defesa de sua Tese de Doutorado, ou docu- mento oficial equivalente, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. O candidato que tenha obtido o título de Doutor no exterior, caso aprovado, deverá obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;
- b) documento de identificação pessoal, em forma digital (pdf, máximo 10MB);
- c) um exemplar de memorial, em forma digital (pdf, máximo 10MB), com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:

- c.1. títulos universitários;
- c.2. curriculum vitae et studiorum;
- c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;
- c.4. títulos honoríficos;
- c.5. bolsas de estudo em nível de pós-graduação;
- c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminá- rios dos quais participou.

d) um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial, em forma digital (pdf, máximo 10MB cada);

e) plano de trabalho, contendo descrição das atividades a serem desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão na Faculdade de Ciências Aplicadas bem como proposta preliminar de pesquisa a ser exe- cutada no período de 3 (três) anos, contemplando os elementos essenciais de projetos de pesquisa acadêmica, para julgamento pelos pares.

3.2.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou comple- tado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, tem- porária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momen- to da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.2.3. No ato da inscrição o candidato poderá manifestar por meio do sistema de inscrição a intenção de realizar as pro-

vas na língua inglesa. Os conteúdos das provas realizadas nas línguas inglesa e portuguesa serão os mesmos.

3.2.4. A Unicamp não se responsabiliza por solicitação de inscrição pela internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestiona- mento de linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.2.5. Após realizar a inscrição no link indicado no item 3.1, com envio dos documentos solicitados, o candidato confirmará a inscrição e receberá um protocolo de recebimento de seu pedido de inscrição.

3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Secretaria da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao(a) Diretor(a) da Facul- dade de Ciências Aplicadas, que a submeterá ao Departamento ou a outra instância competente, definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a(s) área(s) em concurso, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.

3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será sub- metido à aprovação da Congregação da Unidade, instância que deliberará sobre o deferimento de inscrições.

3.3.2. A Unidade divulgará no site <http://www.fca.unicamp.br/portal/pt-br/fca-pessoas/institucional-concursos> a deli- beração da Congregação referente às inscrições e composição da Comissão Julgadora.

3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de ins- crição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no site <http://www.fca.unicamp.br/portal/pt-br/fca-pessoas/institucional-concursos>, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis do início das provas.

3.5. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da Unidade, por igual período, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado até o dia do encerramento das inscrições.

3.6. A critério da Unidade, o prazo de inscrições poderá ser reaberto, por igual período, até o final do dia útil imediatamente posterior ao do encerramento das inscrições.

4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão aprovados pela Con- gregação da Unidade, e sua composição deverá observar os princípios constitucionais, em particular o da impessoalidade.

4.1.1. Pelo menos 02 (dois) membros da Comissão Jul- gadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.

4.2. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classi- ficando os candidatos.

4.3. A Comissão Julgadora será presidida pelo membro da Unidade com a maior titulação. Na hipótese de mais de um membro se encontrar nesta situação, a presidência caberá ao docente mais antigo na titulação.

5. DAS PROVAS

5.1. O concurso constará das seguintes provas

- a) prova escrita (peso 1);
- b) prova específica (peso 1);
- c) prova de títulos (peso 1);
- d) prova de arguição (peso 1);
- e) prova didática (peso 1);

5.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário oficial de Brasília/DF.

5.2.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora fixada para o seu início.

5.2.2. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

5.3. O não comparecimento às provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

5.4. Havendo provas de caráter eliminatório, estas devem ocorrer no início do concurso e seus resultados divulgados antes da sequência das demais provas.

5.4.1. Participarão das demais provas apenas os candidatos aprovados nas provas eliminatórias.

Prova Escrita

5.5. A prova escrita versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso.

5.5.1. No início da prova escrita, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(ões), concedendo o prazo de 60 (sessen- ta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, peri- ódicos ou outros documentos bibliográficos, na forma impressa, excluindo-se o acesso a equipamentos eletrônicos e à internet.

5.5.2. Fim do prazo estabelecido no item 5.5.1 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.5.3. As anotações efetuadas durante o período de consul- ta previsto no item 5.5.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova escrita, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.

5.5.4. A prova escrita terá também caráter eliminatório, além de classificatório, caso compareçam 6 (seis) ou mais candi- dotos no dia de sua realização.

5.5.5. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova escrita.

Prova Específica

5.6. A prova específica será constituída de análise do Plano de Trabalho apresentado pelo candidato na inscrição, na qual a Comissão Julgadora avaliará o domínio do conhecimento e aptidão do candidato na área do concurso, com base nos seguintes aspectos:

- a) pertinência e adequação do conteúdo a ser abordado no ensino de graduação e pós-graduação;
- b) pertinência e relevância do projeto de pesquisa e sua exequibilidade;
- c) pertinência e relevância das atividades de extensão e sua aderência às demais atividades acadêmicas da Faculdade de Ciências Aplicadas;
- d) originalidade e exequibilidade da proposta de pesquisa apresentada, considerando sua aderência às áreas de pesquisa da Faculdade de Ciências Aplicadas e/ou oportunidade e viabili- dade de abertura de novas áreas.

5.6.1. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova específica.

5.6.2. A prova específica terá também caráter eliminatório, além de classificatório, caso compareçam mais de 6 (seis) candi- dotos no concurso.

Prova de Títulos

5.7. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição.

5.7.1. Para fins de julgamento da prova de títulos serão considerados os seguintes documentos:

- a) Título de Graduação;
- b) Título de Especialização;
- c) Título de Mestrado;
- d) Título de Doutorado;
- e) Título de Mestrado Profissional;
- f) Pós-Doutorado;
- g) Publicações acadêmico-científicas (artigos, livros, capi- tulos de livros, etc);
- h) Publicações em revistas de circulação nacional/inde- xadas;

i) Publicações em revistas de circulação internacional/ indexadas;

- j) Experiência docente;
- k) Experiência profissional;
- l) Participação em atividades de extensão;
- m) Atividades acadêmicas durante a graduação (iniciação- científica, monitoria, estágio);

n) Recebimento de bolsa ou apoio para pesquisa;

o) Participação ou coordenação em projeto de pesquisa;

p) Premiação e distinção acadêmica;

q) Assessoria e consultoria;

r) Produções artístico-culturais;

s) Patentes ou propriedades intelectuais registradas;

5.7.2. A Comissão Julgadora adotará os seguintes critérios para julgamento da prova de títulos, considerando a qualidade e o interesse da produção do candidato:

a) A Relevância do tema da produção do candidato na comunidade de especialistas;

b) Dificuldade, raridade e valor que os resultados da produ- ção do candidato têm perante a comunidade científica;

c) Relevância, contribuição e aderência da produção do candidato para a área do concurso;

d) Impacto científico, artístico, social e de inovação da produção do candidato;

e) Criatividade, inovação e abertura de novas técnicas/ temas de pesquisa para a área do concurso;

f) Conhecimento, domínio e maturidade na área do con- curso;

g) Compreensão global da área e do impacto da sua pes- quisa em áreas vizinhas;

h) Legibilidade e qualidade da difusão dos teoremas/ resultados dos textos escritos, e/ou alcance da produção das atividades artístico-culturais do candidato;

5.7.3. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir julgamento da prova de títulos.

5.7.4. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de títulos, elaborando parecer circunstanciado que indique os critérios de julgamento e a pontuação atribuída a cada candidato.

Prova de Arguição

5.8. Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

5.8.1. Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

5.8.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.

5.8.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Prova Didática

5.9. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso (Anexo I) e nela o candi- dato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

5.9.1. A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

5.9.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comis- são Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, dispositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.9.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

5.10. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

5.11. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pon- tos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. As provas de títulos, arguição, didática, escrita e especí- fica terão caráter classificatório.

6.1.1. As provas escrita e específica terão caráter eliminató- rio, caso compareçam 6 ou mais candidatos.

6.1.1.1. Na hipótese das provas escrita e específica terem caráter eliminatório, deverá ser observado o seguinte procedi- mento:

- a) ao final das provas escrita e específica cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), conside- rando o previsto nos itens 5.5 e 5.6 deste edital;
- b) após a atribuição das notas, o resultado das provas escri- ta e específica será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;
- c) serão considerados aprovados nas provas escrita e específica com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;
- d) somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados nas provas escrita e específica;
- e) as notas atribuídas nas provas escrita e específica por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classifica- ção, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individual- mente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

6.2.2. Caso as provas escrita e específica não tenham cará- ter eliminatório, as notas atribuídas nestas provas deverão ser divulgadas no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.

6.3. A nota final de cada examinador será a média pondera- da das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

6.3.1. Cada examinador fará uma lista ordenada dos candi- dotos pela sequência decrescente das notas finais. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerer pertinentes.

6.3.2. As notas finais serão calculadas até a casa dos cent- ésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesi- mal for igual ou superior a cinco.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, do qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do concurso público.

6.4.1. O relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclama- do pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

6.5.2. A relação dos candidatos habilitados é feita a partir das listas ordenadas de cada examinador.

6.5.3. O primeiro colocado será o candidato que obtiver o maior número de indicações em primeiro lugar na lista ordenada de cada examinador.

6.5.4. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a maior média obtida na prova didática e a maior média obtida na prova de títulos. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O Presidente terá voto de desempate, se couber.

6.5.5. Excluindo das listas dos examinadores o nome do candidato anteriormente selecionado, o próximo classificado será o candidato que obtiver o maior número de indicações na posição mais alta da lista ordenada de cada examinador.

6.5.6. Procedimento idêntico será efetivado subseqüentemente até a classificação do último candidato habilitado.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 deverão ser realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação da Faculdade de Ciências Aplicadas, que só poderá rejeitá-lo em virtude de vícios de ordem formal, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à apreciação da Câmara Interna de Desenvolvimento de Docentes (CIDD), e encaminhada à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para deliberação.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;

b) Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;

c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DO RECURSO

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no site eletrônico da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br).

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no site <http://www.fca.unicamp.br/portal/pt-br/fca-pessoas/institucional-concursos>, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 2 ano(s), a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-30/13, e Deliberação Congregação-FCA-289/2022, que estabelece os requisitos e procedimentos internos da Faculdade de Ciências Aplicadas para a realização dos concursos.

9.7.1. Cópia da Deliberação CONSU-A-30/13 poderá ser obtida no site www.sg.unicamp.br ou junto à Seção de Gestão de Pessoas da Faculdade de Ciências Aplicadas que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.8. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

9.9. Qualquer alteração nas regras de execução do concurso deverá ser objeto de novo Edital.

Anexo I – Programas das Disciplinas

SL104 - Saúde e Sociedade

Relação saúde e sociedade nos diferentes momentos históricos. Práticas de saúde como construção social.

Racionalidades terapêuticas. Corporeidade. Relações entre o processo saúde-doença e as determinações socioculturais.

Identidade e prática dos profissionais de saúde. Aspectos de promoção e prevenção em saúde. Demanda, necessidade de saúde e intervenção social.

Objetivos

- Apresentar o sujeito nas várias dimensões no processo saúde-doença, a corporeidade nas construções socioculturais e as racionalidades terapêuticas.

- Estimular a capacidade crítica dos estudantes através do estudo das determinações sociais do processo saúde-doença.

- Refletir sobre o direito à Saúde, o bem maior da Vida e da Saúde.

- Estudar os conceitos de promoção, prevenção em saúde, demanda, necessidade de saúde e intervenção social.

- Colaborar na construção da identidade de profissional de saúde.

- Realizar intervenção pedagógica com o tema Dengue, no campus da FCA.

Programa

1. O corpo nas diversas culturas e sociedades. A corporeidade.

2. As dimensões: subjetiva e biológica. A Saúde enquanto Direito.

3. Racionalidades terapêuticas.

4. Determinações Sociais da Saúde e da Doença.

5. O normal e o patológico.

6. O processo saúde doença. Intervenção pedagógica sobre a Dengue.

7. Identidade do profissional da Saúde.

SL110 - Saúde e Sociedade

Relação saúde e sociedade nos diferentes momentos históricos. Práticas de saúde como construção social.

Racionalidades terapêuticas. Corporeidade. Relações entre o processo saúde-doença e as determinações socioculturais.

Identidade e prática dos profissionais de saúde. Aspectos de promoção e prevenção em saúde. Demanda, necessidade de saúde e intervenção social.

Objetivos

- Apresentar o sujeito nas várias dimensões no processo saúde-doença, a corporeidade nas construções socioculturais e as racionalidades terapêuticas.

- Estimular a capacidade crítica dos estudantes através do estudo das determinações sociais do processo saúde-doença.

- Refletir sobre o direito à Saúde, o bem maior da Vida e da Saúde.

- Estudar os conceitos de promoção, prevenção em saúde, demanda, necessidade de saúde e intervenção social.

- Colaborar na construção da identidade de profissional de saúde.

- Realizar intervenção pedagógica com o tema Dengue, no campus da FCA.

Programa

1. O corpo nas diversas culturas e sociedades. A corporeidade.

2. As dimensões: subjetiva e biológica. A Saúde enquanto Direito.

3. Racionalidades terapêuticas.

4. Determinações Sociais da Saúde e da Doença.

5. O normal e o patológico.

6. O processo saúde doença. Intervenção pedagógica sobre a Dengue.

7. Identidade do profissional da Saúde.

8. O coletivo a água e a dengue

O processo saúde doença.

Identidade do profissional da Saúde.

SL205 - Saúde Coletiva

Ementa

Campo e história da Saúde Coletiva. Políticas e modelos assistenciais. SUS e ações de saúde. Saúde da Família.

Planejamento em Saúde. Interdisciplinaridade no trabalho em saúde. Produção de serviços de saúde, formação de pessoal de saúde e estrutura social. Possibilidades de intervenção.

Objetivos

• Iniciar a compreensão do trabalho coletivo em saúde e identificação dos estudantes enquanto profissionais de saúde;

• Estimular a capacidade crítica dos estudantes sobre seu agir profissional e sobre a humanização, qualificação dos serviços de saúde e os direitos à Saúde;

• Apresentar a História da Saúde Coletiva;

• Refletir sobre as Políticas e Modelos Assistenciais de Saúde;

• Caracterizar o campo da Saúde Coletiva enquanto processo coletivo de construção e espaço de produção do saber, práticas e integralidade do cuidado;

• Compreender o sujeito nas várias dimensões no processo saúde-doença e necessidades de Saúde;

• Refletir sobre as possibilidades de intervenções na comunidade.

Programa

• Introdução de conceitos básicos da Saúde Coletiva;

• Paradigma da saúde coletiva;

• Papel do profissional de saúde;

• O Processo saúde-doença;

• O Campo da saúde coletiva;

• O cuidado como valor / integralidade;

• Conceitos promoção e prevenção em saúde;

• Políticas de saúde;

• Sistema único de saúde SUS / estratégia de saúde da família PSF;

• Atenção primária em saúde;

• Diagnóstico de necessidades de saúde;

• Interdisciplinaridade e trabalho em equipe.

SL403 - Saúde Coletiva e Epidemiologia

Ementa

Campo e história da Saúde Coletiva. Interdisciplinaridade no trabalho em saúde Políticas e modelos assistenciais. SUS e ações de saúde. Saúde da Família e a Ciências do Esporte.

Intervenção em saúde. Introdução à Epidemiologia. Medidas de frequência de doenças e indicadores de saúde. Desenhos de estudos epidemiológicos.

Objetivos

Iniciar a compreensão do trabalho coletivo em saúde e identificação dos estudantes enquanto profissionais de saúde.

Estimular a capacidade crítica dos estudantes sobre seu agir profissional e sobre a humanização e os direitos à Saúde.

Apresentar a História da Saúde Coletiva.

Refletir sobre as Políticas e Modelos Assistenciais de Saúde.

Caracterizar o campo da Saúde Coletiva enquanto processo coletivo de construção e espaço de produção do saber, práticas e integralidade do cuidado.

Compreender o sujeito nas várias dimensões no processo saúde-doença e necessidades de Saúde e a inserção do Cientista do Esporte nos serviços de Saúde.

Entender a Epidemiologia como uma importante ciência na construção de saberes do processo saúde/doença;

Desenvolver habilidades práticas para o futuro desenvolvimento de pesquisas epidemiológicas;

Refletir sobre as possibilidades de intervenções na comunidade.

Programa

O campo e a história da Saúde Coletiva.

Interdisciplinaridade no trabalho em saúde. Políticas e modelos assistenciais.

Sistema único de Saúde. Saúde da Família e a Ciências do Esporte.

Conceitos básicos e história da epidemiologia

Medidas de frequência de doenças e indicadores de saúde

Transição Demográfica e Epidemiológica no Brasil

Pesquisa quantitativa e qualitativa.

Projeto de pesquisa: Problema de Saúde, investigação e prevalências de agravos e doenças. Desenhos de estudos:

Estudos transversais, coorte, caso-controle, experimentais e ecológicos.

NT306 - Metodologia de Pesquisa Aplicada à Nutrição

Ementa

Construção do conhecimento. História da ciência e abordagem crítica de sua evolução. Evolução da ciência da nutrição.

Conceitos da metodologia da pesquisa científica. Elaboração de projeto de pesquisa. As bases de dados científicos e pesquisa bibliográfica. Leitura crítica de artigos científicos.

Objetivos

• Avaliar a história da ciência e a abordagem crítica de sua evolução;

• Discutir o significado da pesquisa científica na graduação e para a prática acadêmica e profissional em Nutrição;

• Identificar a importância do pensamento crítico e da leitura crítica para a análise de artigos científicos;

• Identificar os métodos e as técnicas de pesquisa em Nutrição;

• Discutir o papel da revisão da literatura na identificação do problema, formulação de hipóteses e escolha do método de pesquisa;

• Etapas para elaboração de um projeto de pesquisa.

Programa

A história da ciência e a abordagem crítica de sua evolução.

• Significado da pesquisa científica na graduação e para a prática acadêmica e profissional em Nutrição;

• A importância do pensamento crítico e da leitura crítica para a análise de artigos científicos;

• Métodos e as técnicas de pesquisa em Nutrição;

• O papel da revisão da literatura na identificação do problema, formulação de hipóteses e escolha do método de pesquisa;

• Etapas para elaboração de um projeto de pesquisa.

NC504 - Debates Interdisciplinares em metabolismo, movimento e alimentação

Ementa

Abordagem interdisciplinar da relação entre metabolismo, movimento e sistemas vivos, e os modos de pensar a relação entre os viventes a partir deles.

Objetivos

Promover a interdisciplinaridade inerente ao projeto pedagógico da FCA, particularmente o diálogo entre as ciências biológicas, as humanidades e artes, possivelmente a partir de interação entre docentes do NGC e de diferentes áreas/núcleos da FCA e de outras unidades da Unicamp.

Programa

A partir de uma perspectiva interdisciplinar, a disciplina convida ao debate e a reflexões a respeito de temas contemporâneos que serão definidos a cada oferecimento.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

CAMPUS DE ARAÇATUBA

Faculdade de Odontologia

EDITAL Nº 161/2022-STGP/DATAD – PROCESSO FOA Nº 967/2022

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 635/2022-RUNESP de 02/12/2022, publicado no DOE em 03/12/2022, página 61, seção I e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores, Portaria UNESP nº 66/2022, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 2(dois) PROFESSORES SUBSTITUTOS, por prazo determinado - 10(dez) meses, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao ano letivo de 2022, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, nas disciplinas: "Dentística I e II", junto ao Departamento de Odontologia Preventiva e Restauradora da Faculdade de Odontologia do Câmpus de Araçatuba.

O contratado deverá exercer as atividades de docência em curso de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

1. REMUNERAÇÃO

1.1. O salário de Professor Substituto é de R\$ 1.655,35, correspondente à referência MS-2, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

OBS: Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação.

Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas via internet, no endereço eletrônico: <https://inscricoes.unesp.br>, no período das 00:00hs do dia 16/12 às 17hs do dia 30/12/2022, observado o horário de Brasília.

2.2. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico e realizar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 118,00 (cento e dezoito reais), que deverá ser efetuado no Banco do Brasil, Agência 0179-1 – Conta Corrente 230.050-8 (Faculdade de Odontologia do Câmpus de Araçatuba – CNPJ 48.031.918/0013-68), por meio de transferência, depósito bancário identificado ou PIX.

2.3. A inscrição só será validada mediante pagamento do valor total da respectiva inscrição no prazo final do período indicado no item 2.1.

2.4. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 5(cinco) primeiros dias do período de inscrição, satisfetias as exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão inscrever-se graduados em Odontologia que tenham, no mínimo, o título de Mestre ou portadores de certificados de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretende lecionar. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;

3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.1.4. Os títulos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) obtidos por Instituições de Ensino Superior estrangeiras de curso na modalidade de Educação à distância (EAD) não são passíveis de equivalência.

3.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Para a confirmação da inscrição o candidato deverá preencher o formulário de inscrição, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, anexando, em formato "Portable Document Format" (PDF), frente e verso, os documentos abaixo:

4.1.1. Pelo menos um dos seguintes documentos de identificação com foto: cédula de identidade; carteira nacional de habilitação; cédula de identidade de estrangeiro com visto permanente ou temporário e na falta desta, o passaporte, no caso de candidato estrangeiro;

4.1.2. comprovante de graduação em Odontologia, bem como de ser portador do título de Mestre ou portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação. (quando for o caso).

4.1.3. anexo o comprovante da operação bancária na área do candidato no sistema de inscrições no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br/>

4.1.4. Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas, (inclusive com o histórico escolar-graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

4.1.5. Os candidatos estrangeiros podem se cadastrar no site da Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

4.2. No ato da contratação, a apresentação das vias originais da documentação mencionada neste edital poderá ser solicitada.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos

interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I – sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II – percebam remuneração, mensal, inferior a 2 (dois) salários-mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

I – quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1. deste Edital:

a) comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

5.3 O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá acessar nos 5(cinco) primeiros dias do período de inscrição, de 00:00 horas do dia 16/12/2022 às 17:00 horas do dia 20/12/2022, observado o horário de Brasília, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br> (no campo INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, do formulário de inscrição), ler e aceitar o requerimento.

5.3.1. O candidato deverá atestar a veracidade das informações documentais no requerimento de redução de taxa, sem prejuízo de eventual apresentação dos originais caso a Unesp entenda necessário. Em caso de declaração falsa, haverá sanções administrativas, civis e penais.

5.4. Somente serão aceitos os documentos dos quais constem todos os dados necessários à sua perfeita análise.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, no dia 23/12/2022, a partir das 10h0